



# CEDRO - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO - CEARÁ

## Agente de Trânsito

**EDITAL Nº 002/2024**

CÓD: SL-032MR-24  
7908433251194

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal .....	9
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta .....	14
3. Estrutura textual: progressão temática.....	21
4. Parágrafo.....	22
5. Frase, oração, período, enunciado.....	22
6. Pontuação .....	25
7. Coesão e coerência .....	27
8. Variedade linguística .....	28
9. Formalidade e informalidade, formas de tratamento. propriedade lexical, adequação comunicativa .....	29
10. Norma culta: ortografia .....	31
11. Acentuação .....	33
12. Emprego do sinal indicativo de cras.....	35
13. Pontuação .....	35
14. Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	35
15. Classes de palavras .....	36
16. Regência.....	45
17. Concordância nominal e verbal .....	48
18. Flexão verbal e nominal .....	49
19. Sintaxe de colocação.....	54
20. Produção textual.....	55
21. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos .....	56
22. Emprego de tempos e modos dos verbos em português .....	56
23. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.....	56
24. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais .....	57
25. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.....	57
26. Transitividade e regência de nomes e verbos .....	57
27. Padrões gerais de colocação pronominal no português .....	57
28. Estilística: figuras de linguagem .....	58
29. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	60
30. Norma culta .....	63

## Noções de Direito Administrativo e Constitucional

1. A Administração Pública: princípios da Administração Pública .....	75
2. Poderes administrativos.....	78
3. Atos administrativos .....	85
4. Serviços públicos.....	96

## ÍNDICE

5. Servidores públicos: expediente funcional e organizacional; Cargo, emprego e função pública.....	108
6. Órgãos públicos.....	145
7. Improbidade administrativa.....	151
8. Processo administrativo.....	167
9. Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º .....	176
10. dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º.....	177
11. dos Direitos Sociais – arts. 6º ao 11º .....	182
12. da Nacionalidade – arts. 12º e 13º .....	184
13. dos Direitos Políticos – arts. 14º ao 16º.....	185
14. da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º .....	187
15. dos Municípios – arts. 29º ao 31º.....	188
16. da Administração Pública – arts. 37º ao 41º.....	190
17. Lei 090/2000, Regime Jurídico para os Servidores Públicos do Município de Cedro/CE; Lei 091/2000, Estatuto do Servidor Público do Município de Cedro/CE .....	195
18. Decreto nº 30/2013, Código de Ética dos Servidores Públicos do Município de Cedro/CE .....	195

## Noções de Informática

1. Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, arquitetura de computadores, procedimento de backup e recuperação contra desastres, sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11) .....	201
2. Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace).....	215
3. Rede de Computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, grupos de discussão, redes sociais, aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	260
4. Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (Email do Windows, Mozilla Thunderbird e similares) .....	276
5. Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhatsApp, Telegram, Skype, Discord, etc.).....	282
6. Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.).....	283
7. Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	285

## Matemática

1. Noções de lógica.....	295
2. Raciocínio lógico .....	299
3. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros e racionais. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.....	300
4. Resolução de problemas.....	308
5. Regra de três simples e porcentagem.....	311
6. Geometria básica.....	313

## ÍNDICE

7. Sistema monetário brasileiro .....	318
8. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo.....	320
9. Fundamentos de Estatística .....	322

## Conhecimentos Específicos Agente de Trânsito

1. Da Segurança Pública (Art. 144); Os artigos em referência são da Constituição Federal de 1988.....	329
2. Noções de Direito Penal; Dos Crimes contra a Pessoa e contra o Patrimônio (Art. 121 ao 183 do Código Penal) .....	330
3. Os Crimes contra a Administração Pública (Art. 312 ao 337- A do Código Penal) .....	345
4. Legislação Específica: Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro E SUAS ALTERAÇÕES .....	351
5. As resoluções do CONTRAN E SUAS ALTERAÇÕES, relacionadas a seguir: Resolução n.º 24, de 21/05/1998.....	401
6. Resolução n.º 26, de 21/05/1998.....	402
7. Resolução n.º 36, de 21/05/1998 .....	402
8. Resolução n.º 110, de 24/02/2000 .....	402
9. Resolução n.º 432, de 23/01/2013.....	403
10. Resolução n.º 508, de 27/11/2014 .....	407
11. Resolução n.º 623, de 06/09/2016.....	408
12. Resolução n.º 789, de 18/06/20 .....	415
13. Resolução n.º 798, de 02/09/2020.....	432
14. Resolução n.º 810 (Exceto art. 14), de 15/12/20 .....	439
15. Resolução n.º 948 DE 28/03/2022.....	455
16. Resolução n.º 738, de 06/09/2018 .....	462
17. Resolução n.º 573, de 16/12/2015 .....	465
18. Resolução n.º 819 DE 17/03/2021.....	466
19. Resolução n.º 882, de 13/12/2021 .....	468
20. Resolução n.º 906, de 28/03/2022 .....	484
21. Resolução n.º 911, de 28/03/2022 .....	484
22. Resolução n.º 912, de 28/03/2022 .....	488
23. Resolução n.º 918, de 28/03/2022 .....	493
24. Resolução n.º 926, de 28/03/2022 .....	499
25. Resolução n.º 940 de 28/03/2022 .....	500
26. Resolução n.º 951, de 29/03/2022 .....	505
27. Resolução n.º 965 de 17/05/2022 .....	507
28. Resolução n.º 969, de 20/06/2022 .....	529
29. Resolução n.º 973, de 18/07/2022; Resolução n.º 973 DE 18/07/2022 : (MBST Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação (Anexo I) e MBST Volume IV - Sinalização Horizontal (Anexo IV) - MBST Volume V - Sinalização Semafórica (Anexo V) - MBST Volume VIII - Sinalização Cicloviária (Anexo VIII) .....	549

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor em 1º de junho de 2022.

**ANEXO I**  
**SINALIZAÇÃO DE VAGAS RESERVADAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM COMPROMETIMENTO DE MOBILIDADE**

As vagas reservadas a pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade devem ser dimensionadas de forma a garantir, tanto para o condutor quanto para o conduzido, o embarque e desembarque, bem como o acesso ao local de interesse.

A sinalização é composta por:

1. Sinalização horizontal

Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o Símbolo Internacional de Acesso - SIA.

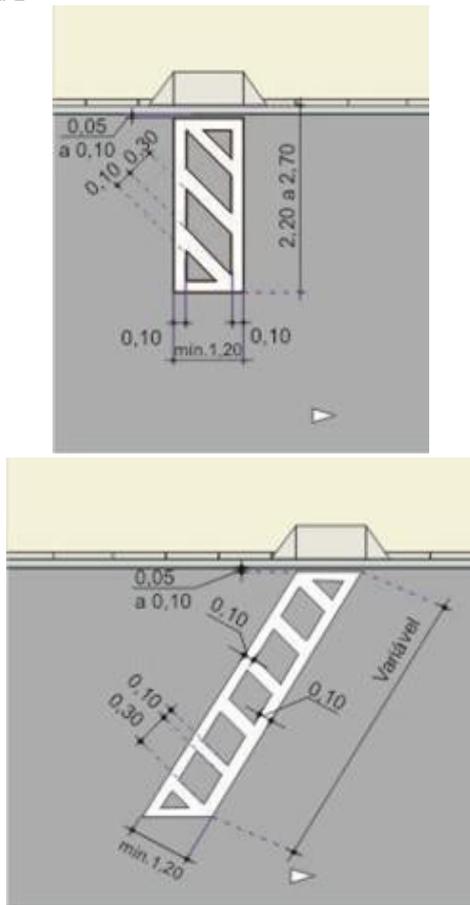
1.1. Marca delimitadora de estacionamento regulamentado  
Largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca.

1.2. Área de proteção de estacionamento

Trata-se de uma marca de canalização destinada a permitir o embarque e desembarque com segurança, da pessoa com deficiência com comprometimento da mobilidade. Deve estar sempre associada a marca delimitadora de estacionamento regulamentado.

Deve possuir largura mínima de 1,20m e ser demarcada na cor branca, podendo ser compartilhada por 2 vagas e dispensada quando a vaga é adjacente a uma faixa de travessia de pedestres, ou quando a vaga tem largura mínima de 3,60m, ver item 3.2.1 deste Anexo.

Figura 1



No caso de desnível entre a área de proteção de estacionamento e o passeio deve ser feito rebaixamento do piso com rampa de acesso e abas laterais. O rebaixamento deve estar associado a área de proteção de estacionamento.

A rampa de acesso deve:

- ter largura mínima de 1,20m;
- ter inclinação constante e de no máximo 8,33%.

A rampa de acesso não deve:

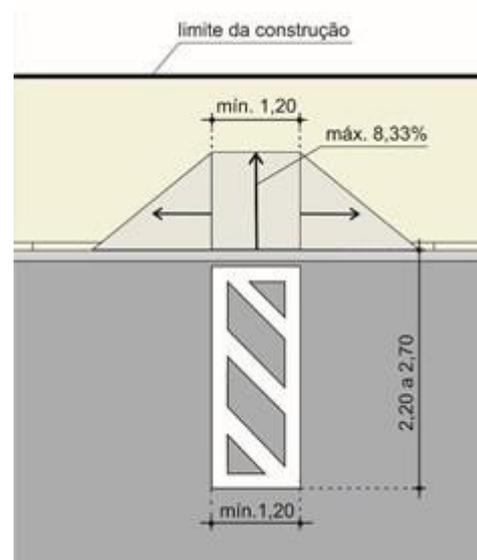
apresentar desnível (degrau) na junção com a pista; possuir piso tátil de alerta.

As abas laterais devem, sempre que possível, ter uma inclinação de 8,33%, admitindo-se nos casos de impraticabilidade uma largura mínima de 0,50m. No caso de interferências físicas com

impossibilidade de remoção, tais como árvores, jardins, poços de visita, colunas e outros obstáculos, as abas podem ser dispensadas. A Figura 2 apresenta um rebaixamento padrão.

Entende-se por impraticabilidade, conforme disposições contidas na NBR 9050, a condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos a acessibilidade.

Figura 2

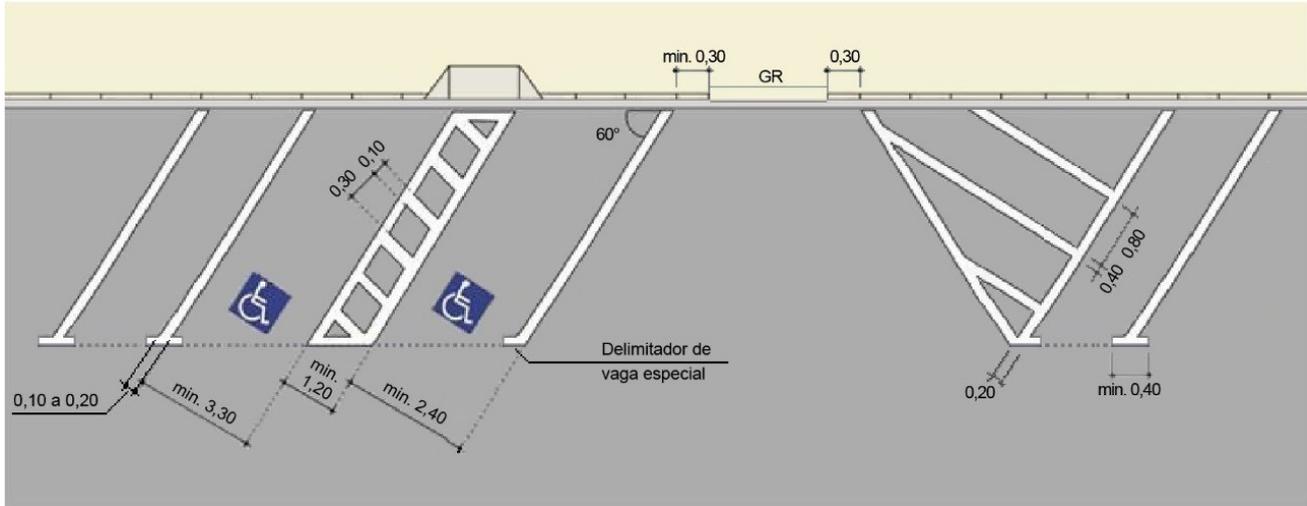


Outros arranjos geométricos de acesso ao passeio podem ser utilizados desde que sejam garantidos as condições de acessibilidade da pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, especialmente cadeirantes. A Figura 3 apresenta um exemplo de aplicação.

3.2.2. Vaga oblíqua

A vaga destinada ao estacionamento deve ter comprimento mínimo de 5,0m e largura mínima de 2,40m, exceto em situações em que não é possível garantir a operação de embarque e desembarque de ambos os lados do veículo. Essa condição ocorre em geral devido à dificuldade da manobra à ré para o estacionamento do veículo, devendo a largura da vaga ser de no mínimo 3,30m, Figura 15. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA deve ser locado conforme demonstrado na Figura 15.

Figura 15



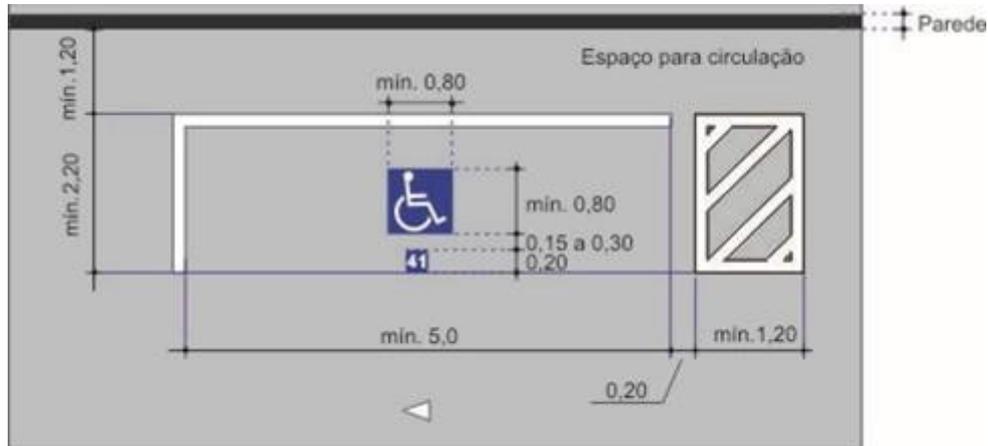
GR= guia rebaixada

4. Vagas numeradas em estabelecimentos privados de uso coletivo

As vagas numeradas devem respeitar as dimensões dispostas no item 3. O Símbolo Internacional de Acesso - SIA e a numeração devem ser locados conforme Figuras 16 a 19 e obedecendo as disposições do item 1.3.

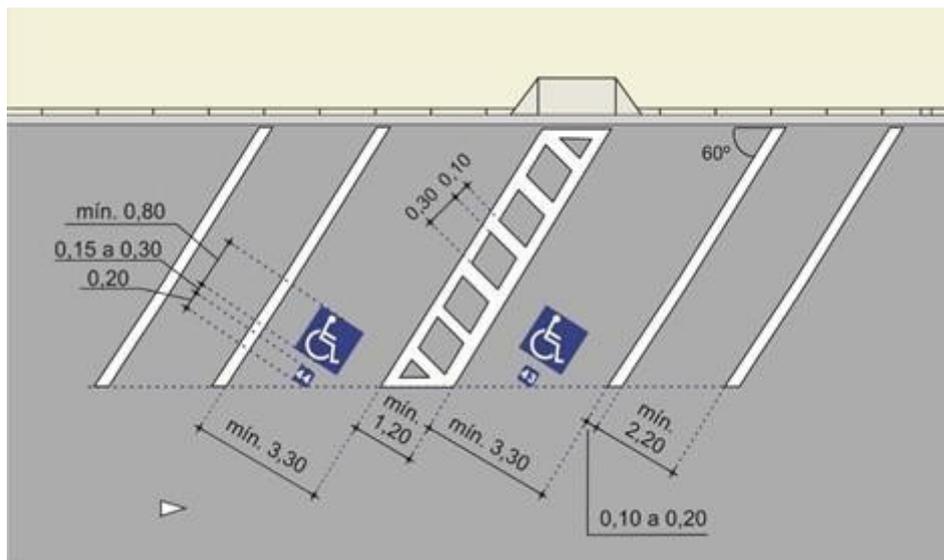
4.1. Vaga paralela ao fluxo veicular com área de proteção de estacionamento destinada ao acesso ao espaço de circulação.

Figura 16



4.3. Vaga oblíqua em relação ao fluxo veicular

Figura 19



ANEXO II  
SINALIZAÇÃO DE VAGAS RESERVADAS A PESSOA IDOSA

A sinalização de vagas reservadas a veículos conduzidos ou que transportem pessoa idosa é composta por:

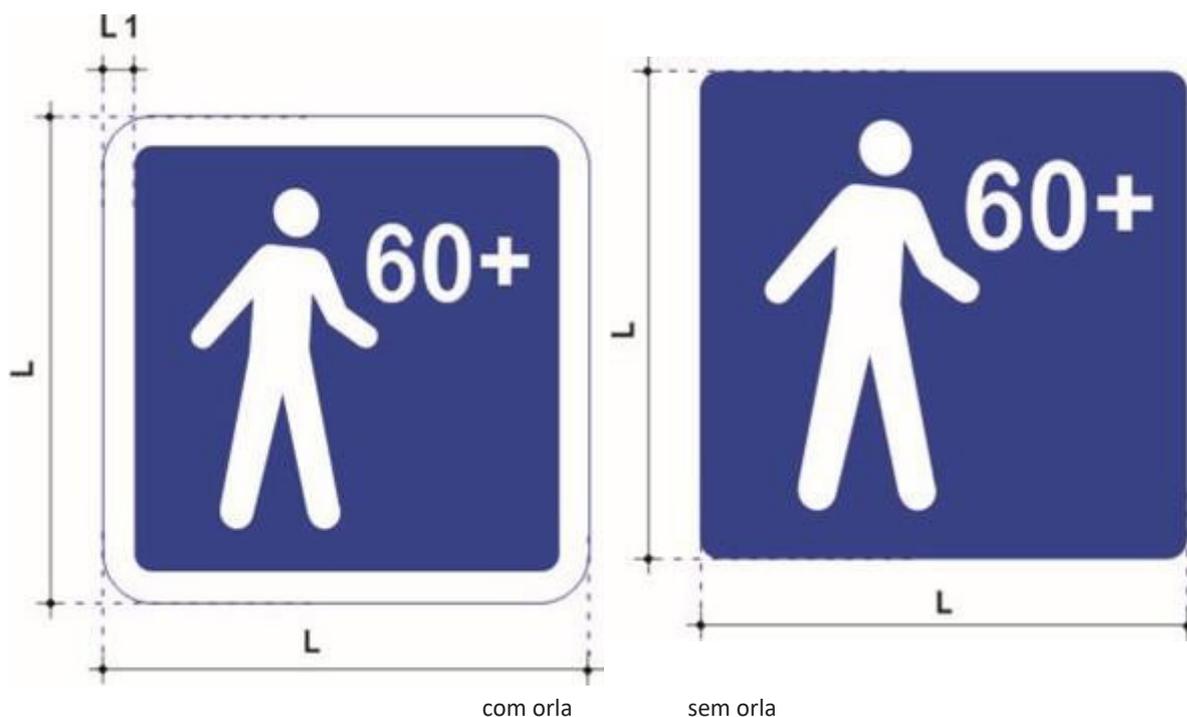
1. Sinalização horizontal

Cada vaga reservada deve ser demarcada com a marca delimitadora de estacionamento regulamentado e com o símbolo "Idoso".

1.1. Marca delimitadora de estacionamento regulamentado Largura de 0,10m a 0,20m, na cor branca.

1.2. Símbolo "Idoso"

Figura 1



com orla

sem orla

II - o fabricante e as empresas de que trata o art. 35 ficam obrigadas a manter em condições hábeis de informação e exibição, registro do uso da PIV-Fab, no qual deverá constar relação nominal dos condutores, dia e hora de uso da placa;

III - a critério do fabricante, o controle mencionado no inciso II do caput poderá ser feito por sistemas informatizados;

IV - a circulação de veículo portador da PIV-Fab deverá observar as normas disciplinadoras do trânsito em geral, podendo excepcionalmente ser concedida autorização para testes ou experiências fora das condições normais de uso.

§1º Do condutor de veículo portador de PIV-Fab deverá ser exigida a apresentação da autorização emitida pelo fabricante ou pela empresa de que trata o §1º do art. 35.

§2º No caso previsto no §1º do art. 35, a autorização de que trata o §1º deverá fazer menção ao respectivo contrato de comodatado.

§3º A realização de testes ou experiências fora das condições normais de uso do veículo ou de trânsito dependerá de prévia autorização da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via onde o teste será realizado e contera especificamente as condições de sua realização, local e horário.

#### CAPÍTULO IX DO USO DA PLACA ESPECIAL DE EXPERIÊNCIA

Art. 39. Os estabelecimentos a que se refere o art. 330 do CTB poderão utilizar Placas de Identificação Veicular de Experiência (PIV-Exp), conforme especificações constantes do Anexo I.

Art. 40. A concessão da PIV-Exp está condicionada à prévia solicitação ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, mediante requerimento e apresentação, pelo estabelecimento interessado, do sistema de controle a ser empregado.

Parágrafo único. O órgão ou entidade executivo de trânsito de cada Unidade da Federação estabelecerá os procedimentos necessários à concessão e renovação da PIV-Exp, respeitadas as especificações contidas no CTB e nesta Resolução.

Art. 41. O controle do uso das PIV-Exp deverá ser realizado por meio do livro de registro do movimento de entrada e saída e de uso das PIV-Exp, o qual poderá ser físico ou digital, podendo o respectivo órgão ou entidade executivo de trânsito regulamentar a forma e modelos.

Art. 42. A circulação de veículos utilizando as PIV-Exp é restrita às vias da Unidade de Federação de circunscrição do órgão ou entidade executivo de trânsito que as expedir e estarão sujeitas a todas as exigências referentes à circulação, inclusive as relativas à categoria de habilitação.

Art. 43. As seguintes informações deverão constar dos livros de registro de que trata o art. 41:

- I - data de entrada do veículo no estabelecimento;
- II - nome, endereço e identidade do proprietário ou vendedor;
- III - data da saída ou baixa, nos casos de desmontagem;
- IV - nome, endereço e identidade do comprador;
- V - características do veículo constantes do seu certificado de registro;

VI - número da PIV-Exp;

VII - o nome e o número do documento de habilitação do condutor responsável pela saída do veículo do estabelecimento utilizando a PIV-Exp;

VIII - a data e hora de saída do veículo do estabelecimento utilizando a PIV-Exp; e

IX - a data e hora de retorno do veículo ao estabelecimento após a utilização da PIV-Exp.

Parágrafo único. A escrituração, no livro de registro, das informações previstas nos incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII do caput deve ser realizada antes da saída do veículo para a realização da experiência utilizando a PIV-Exp.

Art. 44. A ausência de identificação do condutor do veículo portador de PIV-Exp envolvido em acidente de trânsito, que tenha cometido infração de trânsito ou envolvido em qualquer situação de anormalidade durante o uso da PIV-Exp impõe ao proprietário do estabelecimento a responsabilidade administrativa pela ocorrência, sem, no entanto, afastar o infrator das cominações civil e penal decorrentes do fato.

Art. 45. Os dados registrados no livro, escriturado a partir da ordem de serviço, deverá conter todos elementos elencados nos incisos do caput do art. 43 e ser submetido à apreciação e autenticação pelo órgão ou entidade executivo de trânsito até o décimo dia do mês seguinte ao de referência.

Parágrafo único. Quando o livro de registro for físico, os dados serão transcritos em listagens com páginas numeradas, devendo tal listagem ser apresentada ao órgão ou entidade executivo de trânsito para autenticação.

Art. 46. A via original da ordem de serviço e seus complementos serão arquivados pelo estabelecimento, em meio físico ou digital, pelo prazo de doze meses, contados do primeiro dia do mês subsequente ao de sua emissão.

Art. 47. As listagens vistas pelo órgão ou entidade executivo de trânsito, ou os arquivos digitais correspondentes, serão arquivadas pelo prazo de cinco anos.

Art. 48. As autoridades de trânsito e as autoridades policiais terão acesso às ordens de serviço, ao controle informatizado e às listagens, sempre que as solicitarem, não podendo, entretanto, retirá-las do estabelecimento, quando os registros forem físicos.

Art. 49. A falta de escrituração dos livros de que trata o art. 41, o atraso, a fraude ao realizá-lo e a recusa de sua exibição são punidas com a multa prevista para as infrações gravíssimas, independentemente das demais cominações legais.

#### CAPÍTULO X DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE TROCA DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO EM CASO DE CLONAGEM

Art. 50. Nos casos em que for comprovada a existência de outro veículo automotor circulando com combinação alfanumérica de PIV igual à do veículo original, a troca das PIV, com a substituição de caracteres alfanuméricos de identificação, será realizada mediante a instauração de processo administrativo pelo órgão ou entidade executivo de trânsito de registro do veículo.

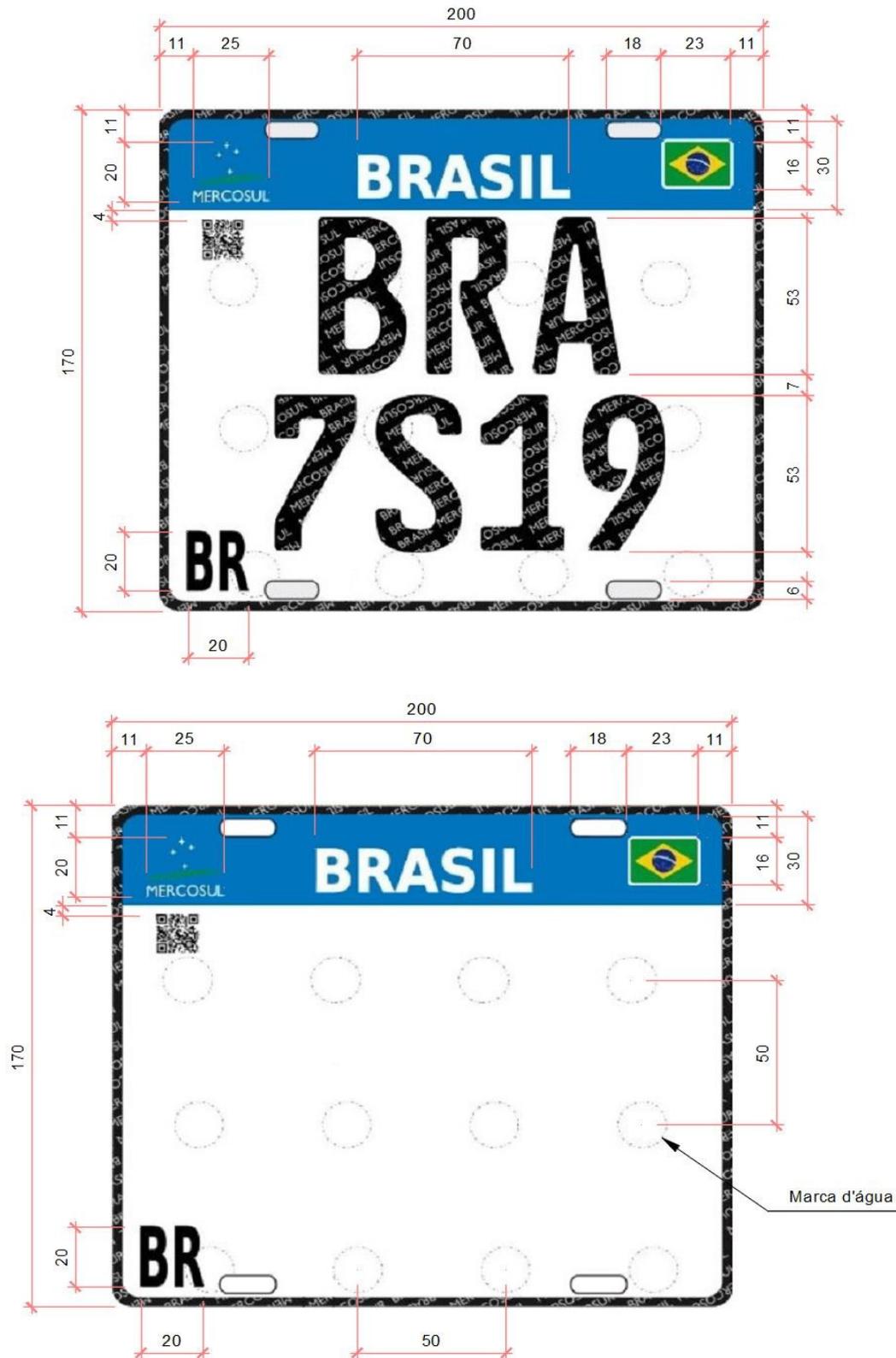
Art. 51. A instauração do processo administrativo de que trata o art. 50 terá início com a apresentação de requerimento pelo proprietário do veículo, acompanhado da documentação comprobatória da existência de veículo duplê ou clone.

Parágrafo único. Após a instauração do processo administrativo e enquanto não for realizada a troca de placas, será inserida restrição administrativa de "suspeita de clonagem" no cadastro do veículo original, sendo facultada a retirada da restrição a pedido do proprietário do veículo.

Art. 52. O requerimento indicado no art. 51 deve ser instruído com os seguintes documentos:

- I - cópias reprográficas:

Figura 2 – Placa de motocicletas, triciclos, motonetas, quadriciclos, cicloelétricos e ciclomotores





## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

(D) Rafael, um servidor de um órgão público, desvia parte do dinheiro arrecadado com taxas de serviços para sua conta bancária pessoal.

(E) Rodolfo, chefe de uma repartição pública, tomou conhecimento de uma falta funcional praticada por Marta, também funcionária pública, sob sua supervisão e subordinação. Contudo, deixou de adotar as providências cabíveis e de responsabilizá-la, pois soube que ela é mãe de quatro filhos e que precisa continuar exercendo suas funções sem mácula na ficha funcional.

### 4. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE

Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

(A) É considerado peculato apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

(B) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização da autoridade competente constitui mera infração administrativa. Apenas a inserção de dados falsos constitui crime.

(C) Facilitar a prática de contrabando ou de descaminho não constitui infração penal, uma vez que tal não se encontra tipificada no código penal.

(D) O abandono de função pode resultar em perda do cargo pelo servidor. Entretanto, não há previsão de detenção pela prática dessa conduta.

### 5. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE

Bruce concedeu a posse do seu veículo automotor para Oswald que, por se afeiçoar ao bem móvel, resolveu permanecer com o veículo de Bruce, fugindo da obrigação de devolver o veículo para permanecer com esse de maneira indefinida. Assinale a alternativa que caracteriza CORRETAMENTE esse tipo de crime, conforme o Código Penal brasileiro:

(A) Furto.

(B) Apropriação Indébita.

(C) Roubo.

(D) Extorsão.

### 6. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE - Agente Municipal de Trânsito

Assinale a alternativa que define CORRETAMENTE o conceito de trânsito, aos moldes do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997).

(A) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

(B) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas e veículos, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

(C) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

(D) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação e estacionamento.

### 7. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE - Agente Municipal de Trânsito

Conforme o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

(A) Utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores; segurando o guidom com as duas mãos; usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CETRAN.

(B) Utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores; segurando o guidom com, pelo menos, uma das mãos; usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.

(C) Utilizando capacete de segurança; segurando o guidom com as duas mãos; usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CETRAN.

(D) Utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores; segurando o guidom com as duas mãos; usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do CONTRAN.

### 8. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE - Agente Municipal de Trânsito

Assinale a alternativa INCORRETA, sobre a seguinte afirmação:

O auto de infração é o registro em que deverá constar as seguintes informações, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997):

(A) Tipificação da infração.

(B) Local, data e hora do cometimento da infração.

(C) Identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente autuador ou equipamento que comprovar a infração.

(D) Nenhuma das alternativas anteriores.

### 9. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE - Agente Municipal de Trânsito

Heitor, agente municipal de trânsito, abordou o Sr. João, dono de uma franquia de restaurantes famosos da cidade em que trabalha, e notou que esse tinha diversas irregularidades em seu veículo. Para ignorar tais problemas, recebeu proposta do Sr. João de ter seis meses de refeições grátis nos estabelecimentos de sua propriedade. Nesse caso, se Heitor aceitar a promessa dessa vantagem indevida, praticará qual tipo de crime?

(A) Excesso de exação.

(B) Condescendência criminosa.

(C) Peculato.

(D) Corrupção Passiva.

### 10. CONSULPAM - 2022 - Prefeitura de Irauçuba - CE - Agente Municipal de Trânsito

Agentes municipais de trânsito poderão sofrer diversos tipos de resistência por parte dos cidadãos, quando no exercício correto de suas atividades e, para isso, precisam saber determinar quais tipos de atitude se encaixam com determinados tipos de crime. Nesse sentido, após analisar as opções que trazem o crime e sua respectiva definição, analise os itens em verdadeiros (V) ou falsos (F), para assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

( ) Desacato: opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.